

# Começa guerra contra

R. F. Elizaço

INSE

Brasília, terça-feira, 10 de julho de 1990 19

## o crime eleitoral

A propaganda eleitoral sofrerá rigorosa fiscalização a partir de agora, e qualquer flagrante que caracterize o delito como crime eleitoral acarretará as penalidades impostas pela lei. De acordo com a decisão tomada pelas autoridades responsáveis pela segurança das eleições de outubro, a Lei será igualmente aplicada a todos. Os menores serão encaminhados à Polícia Federal, da mesma forma que um cidadão portador de imunidade parlamentar. Se for pego em flagrante delito, ele terá o mesmo tratamento de um cidadão comum. As penas para esses crimes variam de seis meses a dois anos, e são inafiançáveis.

Foi decidida também a elaboração de uma cartilha, com um elenco de medidas que vão direcionar a atuação dos órgãos envolvidos com a realização das eleições de outubro, de forma a uniformizar a ação entre todos os segmentos diretamente responsáveis pela segurança durante a realização do pleito. Entre eles, as polícias Civil e Militar, o Detran e o Corpo de Bombeiros.

O anúncio foi feito durante encontro que reuniu ontem de manhã representantes destes órgãos subordinados à Secretaria de Segurança Pública, mais o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a Polícia Federal e o Tribunal Regional Eleitoral. De acordo com o Secretário de Segurança, Geraldo José Chaves, a fiscalização será fortemente intensificada para coibir os abusos na propaganda eleitoral fora dos locais e horários permitidos. Para o presidente do TRE, juiz José Manoel Coelho muitos candidatos não estão respeitando as normas impostas pela Justiça Eleitoral, tanto no que diz respeito às pichações, quanto no que se refere à propaganda implícita, veiculada nos meios de comunicação, fora do horário eleitoral. De acordo com o juiz Manoel Coelho, é importante que os candidatos comecem a mostrar desde já que tipo de governo eles pretendem fazer, e isso está refletido no estilo das campanhas que vêm realizando.

Ficou determinado que a fixação de cartazes e faixas, e as pichações no Plano Piloto, só serão permitidas nos pirulitos, estrategicamente colocados próximos aos pontos de ônibus para essa finalidade. Nas cidades-satélites, os locais permitidos para a propaganda eleitoral serão decididos por cada administrador regional, pois os pirulitos foram destruídos. Durante a reunião, alguém sugeriu que os pirulitos fossem novamente construídos de madeira, ao invés de cimento. Mas a hipótese foi logo descartada pelo

secretário Geraldo Chaves, já que os cem pirulitos construídos em Ceilândia para a fixação de cartazes foram todos destruídos pelo vandalismo. Segundo ele, nesta satélite é queimado, em média, um orelhão por noite.

A maior dificuldade levantada durante o encontro pelas autoridades responsáveis pela segurança pública está relacionada à apuração do autor do crime. Na opinião do Superintendente da Polícia Federal em Brasília, Paulo Licht de Oliveira, esse tipo de crime é de difícil apuração, pois a propaganda eleitoral é de competência dos partidos políticos, o que torna a autoria do crime muito difusa. Para o juiz Manoel Coelho, esse tipo de delito leva a opinião pública a formulação de uma imagem distorcida da Justiça Eleitoral, que passa por inoperante. Mas o problema, neste caso, é a própria lei, na opinião do juiz.

De qualquer modo, quem for pego em flagrante delito eleitoral terá o mesmo tratamento, seja lá quem for. No caso de um político em exercício de mandato, a imunidade parlamentar de nada adiantará, porque ele será tratado da mesma forma que um cidadão comum. O menor também não ficará de fora, e será encaminhado à Polícia Federal, e não ao Juizado de Menores. Todo o material apreendido pela Polícia será destruído, depois de protocolado com laudo e fotos, de acordo com a determinação da Secretaria de Segurança Pública. A medida foi sugerida pelo superintendente Paulo Licht, já que nas eleições passadas, o espaço disponível para abrigar o material apreendido foi insuficiente e causou vários transtornos para a Polícia Federal.

### CANDIDATOS

Para o candidato a deputado distrital Rodrigo Rollemberg, as medidas aprovadas pelas autoridades da segurança e da Justiça Eleitoral estão corretas até certo ponto. Ele afirma ser contra as pichações que afetam a conservação dos bens de patrimônio público, mas defende as faixas que em nada interferem ou comprometem esses bens.

Rodrigo garante que a utilização dos pirulitos, apenas, vai favorecer o poder econômico, como por exemplo, os donos de gráficas. Ele defende a utilização de outros espaços como forma de democratizar a campanha, pois permite aos candidatos mais opções. Dessa forma, diz ele, quem não pode editar cartazes, se utiliza de faixas que em nada vão prejudicar o patrimônio público.

## Candidatos ignoram os espaços

Os candidatos às eleições majoritárias e proporcionais no Distrito Federal não respeitam os espaços definidos pela Justiça Eleitoral para a colocação de propaganda política. Por determinação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), será permitida a fixação de cartazes somente nos tapumes de obras particulares e nos postos de concreto conhecidos como "pirulitos". As pichações, no entanto, já se espalham pela cidade, poluindo viadutos e pontos de ônibus.

O alto custo da retirada dessas pichações (o Serviço de Limpeza Urbana calcula em Cr\$ 25 mil a limpeza de cada viaduto) e a poluição visual parecem não sensibilizar os candidatos. A insensibilidade se junta à ignorância de alguns, que não respeitam nem a língua pátria. Há o caso, por exemplo, de um candidato a deputado em cujo slogan a palavra sério aparece escrita com a letra c.

Se nos elevados da Rodoviária o espaço é disputado por cartazes e pichações com mensagens diversas, na Esplanada dos Ministérios, a propaganda política se restringe aos pirulitos. Na zona central da cidade, formada pela Rodoviária e adjacências, as pi-

chações recentes se misturam ao que sobrou da campanha presidencial do ano passado. Um detalhe chama a atenção: a recusa de vários candidatos em identificar a qual partido pertencem.

No Setor de Rádio e TV, os candidatos disputam o espaço das paradas de ônibus e pitulitos da W/3 Sul com anúncios variados. Na parte de cima da W/3, alguns tapumes já foram totalmente tomados pelos pichadores. No Setor Comercial, outros tipos de cartazes ajudam a poluir o ambiente, próximo à sede regional do PMDB.

Na Asa Norte, a situação é mais grave que no lado sul da cidade, porque as pichações antigas se juntam às novas, feitas em pirulitos, tapumes de obras e pontos de ônibus. Os **Outdoors**, modalidade de propaganda também proibida pela legislação eleitoral, são utilizados por candidatos com maior estrutura econômica como o empresário Paulo Octávio e o candidato a governador da coligação encabeçada pelo Partido Liberal, Elmo Serejo. A atuação ilegal dos candidatos pode render aos infratores sanções como multas, além de penas que variam de seis meses a um ano de prisão.

## Paulo Octávio vai a discussão

O uso indiscriminado da propaganda eleitoral pelo candidato Paulo Octávio terá uma pauta especial nesta quarta-feira, dia 11, pela Fiscalização Eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Durante o dia de ontem em reunião com o presidente do TRE, Secretaria de Segurança Pública, Secretário do TRE e juizes eleitorais decidiram colocar imediatamente nas ruas a operação limpeza com o apoio do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e a Polícia Militar.

Segundo o juiz de Fiscalização Eleitoral do TRE/DF, Nívio Geraldo Gonçalves, o uso abusivo dos meios de comunicação pelo candidato a deputado federal pelo PRN, mereceu uma atenção

especial na discussão sobre a fiscalização da propaganda eleitoral. Paulo Octávio vem aproveitando a não-fiscalização do TRE para divulgação de seu nome em pichações e, principalmente através de vinhetas e programas jornalísticos camuflando a divulgação de seu nome através da inauguração de obras de sua construtora.

Na próxima quarta-feira, Nívio Gonçalves junto com o presidente do TRE e os juizes eleitorais deliberarão sobre as medidas que serão tomadas sobre a atuação do candidato nos dias que antecedem a eleição de outubro. Nívio preferiu não se pronunciar ao respeito de possíveis denúncias ao candidato.